

NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Infamara Cassamá

ANO XXIV - Nº 1613

Preço: 300 F CFA

Semanário de Informação Geral

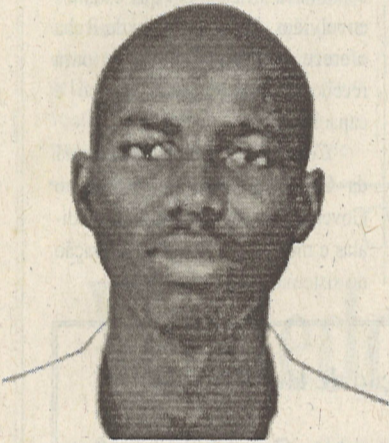
Av. do Brasil - CP 154 - Telef: 21 37 13 / 21 37 28 - Bissau



Inquérito

Situação política tensa

“Estabilidade



precisa-se !”

Nos últimos dias, registou-se uma certa subida de tensão política e militar no país, devido a exoneração do Capitão de Fragata, Mhoamed Lamine Sanhá, supostamente acusado de ter recusado acatar o decreto presidencial, prometendo desafiar o Governo até as últimas consequências.

Páginas 12



Aviação civil

Pilotos navegam a cebra-cega

Página 3

Campanha da castanha de caju: Mauritanianos exigem devolução do dinheiro

Página 11

Presidente da Comissão da UEMOA ao NP “Quem parte de baixo nível económico progride mais rapidamente”

Páginas 6 e 7

Ponto de Mira

Editorial

Por: Infamará Cassamá

Acontecimentos anormais, marcados com a exoneração do Chefe de Estado-Maior da Marinha e outros em que alguns militares entraram em cenas de violência contra cidadãos civis, criaram nos últimos dias, uma certa tensão e agitações políticas no país.

Em muitos dos bairros que circundam Bissau, membros de certas famílias desconfiadas, retiraram-se

discretamente da capital numa atitude de não se deixar surpreender outra vez. Roga-se à Deus para que isso não suceda mais.

É que noutro tempo, os dias que haviam precedido o 7 de Junho-98, estavam marcados com o afastamento do Brigadeiro Ansumane Mané do posto de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e com a sua retirada para a sua residência no ex-Q.G. - cerca de um quilómetro do centro da cidade. Depois, do

“satânico” amuo entre Ansumane Mané e Nino Vieira, cresceram as divisões no seio do Exército. Os militares favorecidos pelo primeiro general-presidente do país colaram-se a ele, enquanto os esquecidos e martirizados libertadores se uniram com aquele. Com o que está a acontecer agora, a diferença de encenação tem pouca dimensão. Por isso, reivindica a que cada guineense se atribua um tempinho de reflexão profunda.

Cont. na Página 3

Comunicação marítima

Zona insular votada ao isolamento

“Se não forem tomadas as medidas necessárias e urgentes, daqui há cinco anos, a zona insular da Guiné-Bissau pode vir a isolar-se do resto do país. A navegação marítima está a tornar-se cada vez mais difícil, devido a falta de dragagem das rotas fluviais, o que tem originado frequentes acidentes no mar”.

A revelação é do director nacional da Capitania e Portos de Guiné, durante uma entrevista exclusiva ao Jornal Nô Pintcha.

□ Djuldé Djaló

António Cabral Adelino, disse que o problema não tem a ver só com a falta de meios de transportes marítimos, que, aliás, se encontram já em estado de velhice, mas deve-se também a falta de infra-estruturas hidrográficas.

O nosso entrevistado disse que o Governo japonês vai disponibilizar dois navios para o tráfico marítimo interno. Na mesma óptica, o reino de Espanha manifestou também a intenção de fornecer um navio para o mesmo fim.

Apesar disso, para Cabral Adelino, a solução do problema não reside só na obtenção de meios de

transportes. No seu entender, a verdadeira solução passa necessariamente pela criação de infra-estruturas hidrográficas que permitam a facilidade de navegação marítima por forma a se garantir a segurança e a boa conservação dos meios.

Preocupado com a situação actual das nossas rotas marítimas, Cabral Adelino precisou que a sua direcção já informou ao Governo, através da Secretaria de Estado dos Transportes, enquanto entidade que tutela o sector, a empreender mecanismos que possibilitem soluções imediatas e mediáticas para a mesma, que além de dificultar a comunicação entre a zona insular e a parte continental, tem levado à frequentes naufrágios e perdas de vidas humanas e materiais.

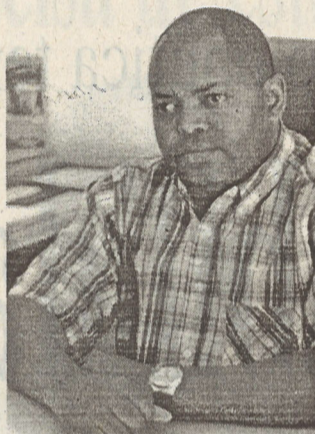
Agora, Adelino aguarda a reacção do Executivo, razão pela qual tem dúvidas de pronunciar-se sobre o tempo em que se efectuará a acção de dragagem. Por isso, alertou que, se a mesma não for feita brevemente, poderá vir a produzir-se um dia, uma tragédia que o país esquecerá dificilmente.

Mapas hidrográficos desactualizados

Segundo o director nacional da Capitania e Portos da Guiné, os mapas hidrográficos do país estão todos desactualizados. Isto porque os mapas de que o país dispõe são do período colonial.

Consta que, desde os primórdios da independência nacional, em 1974, não foram reactualizados e nem se efectuou nenhuma dragagem. O que demonstra um grande risco tanto para o tráfico interno como para a navegação internacional. Este facto tem levado a que muitos navios internacionais de grande porte procurem pura e simplesmente esquivar-se do nosso país. Daí porque é grave, pois, coloca o nosso porto fora da capacidade competitiva em relação aos dos países da sub-região, sublinhou o director.

Esta situação tem as suas repercussões negativas na economia nacional, além de provocar o aumento constante do custo da vida, porque as companhias de seguros internacionais consideram a Guiné-



António Cabral Adelino, director nacional da Capitania e Portos de Guiné

Bissau um país de alto risco no que toca a segurança marítima e ao elevado custo de facturação sobre os produtos estrangeiros destinados ao país. De acordo com o nosso interlocutor, todas as balizações, bóias e sinais de iluminação marítima estão danificados ou avariados.

O mais lamentável ainda, segundo o director, é que o país não possui uma rádio de apoio à navegação marítima. Todos os serviços de apoio à navegação internacional a partir de Caió estão paralisados.

Entretanto, disse que seria bom que o país comece a preocupar-se pela reabilitação do conjunto da nossa carta marítima. Senão, nos próximos cinco anos a Guiné-Bissau poderá decretar o encerramento do porto de Bissau. Porque não estará em condições de receber navios de grande ou pequena capacidade. As próprias instituições internacionais de segurança marítima não permitirão a vinda de nenhum navio ao país.

A advertência é dirigida ao Executivo de Caetano N'Tchama, embora reconheça a sua novidade na condução dos destinos do país.

Cabral Adelino constatou ainda que, mesmo assim, o actual Governo parece pouco sensibilizado sobre questões que concernem a actividade marítima. Um sector de importância para o desenvolvimento económico do país, com muitos lagoas, rios e oceano.

A via marítima é a via mais barata no transporte de produtos. Além demais, protege e garante mais a conservação das vias rodoviárias, porque evita os camiões de grande

capacidade a transitar nas estradas públicas do país.

Considerando todos estes factores, o Governo deve, segundo Cabral, velar pela reabilitação do sistema marítimo nacional, em especial a recuperação do porto de Bissau, através de dragagem.

Contudo, lembrou que não é processo fácil, por custar muitos milhões de dólares. Por outro lado, os bancos de areia não são estáveis, mudam de um lado para o outro. Pelo que a manutenção marítima deve ser constante.

Para Cabral Adelino, a grossa parte da receita do porto deve ser revertida para a sua própria reabilitação. Caso contrário, poderá, num futuro próximo, cessar as suas operações, porque estará incapacitado

para receber navios, o que será um prejuízo considerável para a economia nacional.

Questionado sobre os portos do interior, disse que a acção de reabilitação deve abranger todos os portos do país, nomeadamente, o de Cacheu que recebe navios, e, ainda deve ser concretizada a construção do porto de Buba que trará grandes vantagens ao país, no âmbito da integração económica africana em que estamos envolvidos. Disse que o rio de Buba oferece melhores condições para receber navios de todo o tipo e capacidade.

Concluindo, o director nacional da Capitania e Portos exortou o Governo a procurar soluções imediatas e mediáticas para a recuperação do sistema marítimo nacional.

Nô Pintcha

Director
Enfâmara Cassamá

Director-Adjunto
Simão Domingos Abina

Chefe de Redacção
Bacar Baldé

Redactor Principal
Carlos Casimiro

Nacional
Domingos Meta Camará,

Reportagem
Adulai Djaló,

Desporto
Porfírio Mendonça

Fotografia
Mário Joaquim Gomes,
Manuel da Costa e Pedro
Fernandes

Secretaria de Redacção
Ivete Monteiro, Ângela Reis,

Edição Electrónica
Anselmo Matche, Mário
Óscar

Administração
Amâncio Tepam-é, Edmundo
Piedade, N'Gona Mané e
Ansumane Turé

Estagiários
Mama Saliu, Valentina da
Silva, Onélia Alves e

Anúncio

Certidão habitação de Herdeiros

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de vinte de Outubro de ano de mil novecentos e noventa e dois, lavrada neste Cartório e exarada de folhas trinta e quatro à trinta e cinco verso, no livro de notas para escrituras diversas número cento e vinte dois A, foi celebrado uma escritura de “HABITAÇÃO D HERDEIROS” por óbito de AUGUSTO GOMES DA SILVA, de sessenta e quatro anos de idade, de profissão Empreiteiro, natural de Pecixe, Sector de Caío, Cachêu, filho que era de Joaquim da Silva, e de Agoia Gomes, falecidos e o falecido era casado com Domingas Gomes da Costa, natural de Bissau, onde reside, faleceu a uma hora e cinquenta minutos do dia catorze de Fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, em Lsboa, e o seu cadáver foi sepultado no Cemitério de Bissau.

Mais certifico que na operada escritura foram declarados como únicos herdeiros para além da viúva; ISIDRO GOMES DA SILVA, nascido a catorze de Abril do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, em Bissau; LUÍS GOMES DA SILVA, nascido a dezasseis de Julho do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, em Bissau; CARLOS GOMES DA SILVA, nascido a vinte e oito de Setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, em Bissau; CONCEIÇÃO GOMES DA SILVA, nascida a um de Julho de mil novecentos e sessenta e três, em Bissau e JOANA GOMES DA SILVA, nascida a sete de Maio de mil novecentos e sessenta e seis, em Bissau; todos eles maiores e residentes em Bissau.

Está conforme
Cartório Notarial em Bissau, 10 de Fevereiro de dois mil

Ressalvo: Entrelinhei: o seu cadáver foi sepultado no Cemitério de Bissau

A Ajudante

Meteorolgia

Pilotos navegam na Guiné-Bissau a cebra-cega

Todos os vôos que se operam actualmente no aeroporto Internacional Oswaldo Vieira são inseguros. Tudo porque os mesmos são feitos sem a intervenção directa dos serviços da Meteorologia, afirmou o Director dos serviços Meteorológicos nacionais.

Segundo eng, Malam da Silva, é bom saber que a Meteorologia é a instituição responsável pela elaboração dos dossiers dos vôos, que permitem aos pilotos efectuarem com segurança as operações de aterragem e descolagem, e que é com base nesses documentos que os pilotos podem saber também, das rotas a seguir, as altitudes e longitudes a alcançar, as temperaturas, se haverá ou não turbulências ou trovoadas, etc.

Conforme o director da meteorologia nacional, a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) recomenda que, para a efectuação de vôos, em qualquer aeroporto, deve haver assistência meteorológica e respectivos dossiers de vôo, o que infelizmente, o serviço meteorológico da Guiné-Bissau não possui neste momento, devido aos danos sofridos durante o conflito político-militar de 7 de Junho de 98.

Em resumo, o serviço nacional da Meteorologia perdeu a maioria dos seus equipamentos, entre eles, as rede de estações meteorológicas e as das telecomunicações, abrangendo esta última as rádios BLU's que permitem a concentração de dados para a sede nacional no tempo real.

Com estas rádios em funcionamento, permite ter ligações ponto a ponto, ou seja, da sede nacional para a sub-regional, em Dacar, e desta para os centros mundiais. É também através dela que se captam os dados vindos de

diferentes estações meteorológicas do país, para depois canalizá-las até Dacar e vice-versa.

Contrariamente a esta situação, o conjunto de estações espalhadas pelo país não funcionam desde o fim do conflito armado de 7 de Junho, fazendo com que a Guiné-Bissau fique isolado do resto do mundo.

Para a cura desta situação, a direcção da Meteorologia nacional elaborou um plano de emergência que já foi submetido aos parceiros de desenvolvimento, na esperança de obtenção de apoios necessários para a reactivação das redes acima referenciadas.

No quadro dos contactos havidos com os parceiros de desenvolvimento, Malam da Silva referiu a passagem recente pelo país de uma missão conjunta da Organização Mundial de Meteorologia (OMM), Agência CRIA, de Lisboa e o Centro



Mala da Silva, Director dos serviços Meteorológicos nacionais.

Agrhymet em visita que teve por finalidade constatar "in loco", a situação dos Serviços de Meteorologia Nacional.

A delegação deslocou-se também ao interior do país, onde visitou as diferentes estações o que

permitiu a que cada parte integrante da missão se comprometesse em fornecer alguma contribuição.

"No final da missão, decidi-se que a curto prazo, o Centro Agrhymet forneceria parte dos equipamentos que fazem falta, enquanto a Agência CRIA assumiu, por seu turno, a compra de Barómetros para as quatro estações, envio de um técnico previsionista para a reciclagem dos homologos nacionais e abertura de uma frequência que possibilite o acesso aos dados. O resto dos equipamentos, a formação e outros gastos ficarão a cargo da OMM", explicou Malam da Silva.

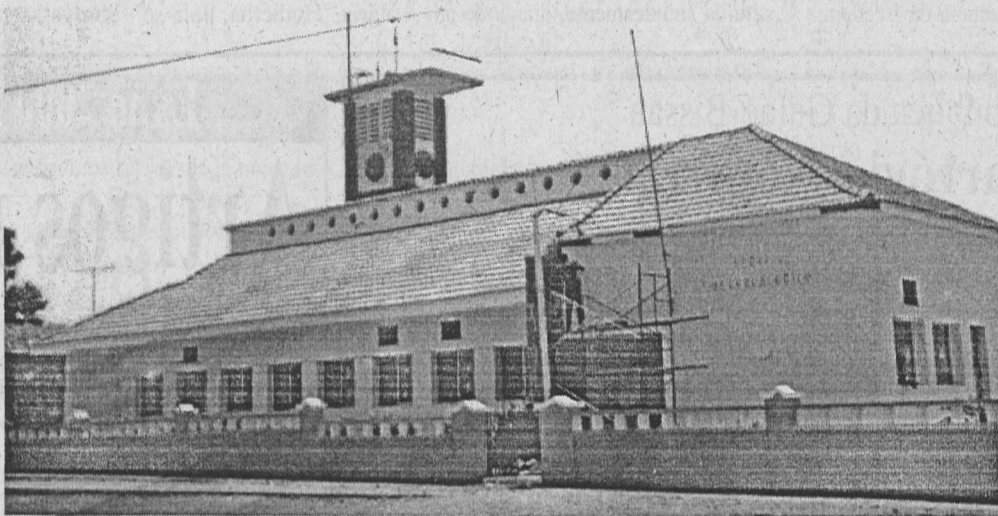
O chefe dos Serviços Meteorológico nacional assegurou que os mesmos irão retomar suas actividades normais, tendo em conta os compromissos assumidos pelos parceiros de desenvolvimento que garantiram em tudo fazer

para que o funcionamento em pleno da meteorologia nacional se torne realidade antes do fim deste ano.

Por outro lado, disse que as quatro estações meteorológicas do país, Bissau-observatório, Bissau-Aeroporto, Bolama e Bafatá começarão a funcionar brevemente, através de esforços internos, porque, segundo ele, estamos a precisar destes serviços para a obtenção dos dados necessários e profícuos a cada actor. Porque todo o mundo precisa deste serviço desde construtores civis, agricultores, navegadores marítimos, equipas de futebol, operadores económicos, entre outros.

A humanidade é um pouco meteorologista, cada um de nós muitas das vezes, precisa de saber quando começam as chuvas, se vão parar cedo ou tarde, etc. A meteorologia é também um serviço indispensável para os médicos, sobretudo, em momentos de grandes epidemias. Sabemos que, com as chuvas, a cólera tende a propagar-se de forma incontrolável.

E como não deixar de ser, convém aplaudir os esforços que o serviço nacional da meteorologia, através do Governo, consentiram na reconstrução do edifício da Meteorologia. O mesmo tinha sido danificado durante a guerra, perdendo todos os seus equipamentos, neste momento, está em fase de acabamento graças a um financiamento de mais de dezanove milhões de francos CFA.



Edifício do serviço nacional da meteorologia em fase da recuperação

Domingos Meta Camará

Editorial

Em encontro com o Corpo Diplomático, o Primeiro-Ministro declarou que a vida na nossa terra continua na normalidade. O que pode engendrar lamentações, pensamos nós, são o que chamou "situações pontuais" a que a Comunidade Internacional - como parceiro do desenvolvimento - tem o direito de ser informada.

Caetano N'Tehama referia-se assim, a exoneração do Capitão de Fragata, Mohammed Lamine Sanhá do

posto de chefe de Estado-Maior da Marinha Nacional de Guerra, o assalto de alguns militares à Central Eléctrica, o rapto ou sequestro de um helicóptero no aeroporto internacional Oswaldo Vieira, o incómodo à alunos do liceu Nacional Kwame N'Krumah, espancamentos contra cidadãos civis por parte dos homens em uniforme, etc. etc.

Se se penetrar as coisas, dir-se-á que acontecimentos desse género são incompatíveis com os costumes e

as leis, em Estado de direito. Nessa perspectiva, Miguel Amado, que representa a União Europeia na Guiné-Bissau, disse que a sua união defende alguns princípios tais que: o respeito pelos direitos humanos, a democracia, a boa governação... A ideia de Samuel Nana Sankam, desliza no mesmo sentido, com a mesma intensidade: o respeito pelos princípios democráticos. Seja o que for, deve-se defender a normalidade referida pelo chefe do Governo.

A tão esperada intervenção do Tenente-Coronel Veríssimo Correia Seabra, em que reconhece e lamenta as acções desencadeadas por alguns militares do Exército nacional contra cidadãos civis pacíficos, vai servir, segundo alegam certas opiniões, não como cura, mas, como calmante da situação. Se é assim, o que estará a acontecer com os nossos militares? Não são eles os discípulos perante os quais Cabral colocou um dia os corpos e espinhas das duas

lutas? A mais fácil, que chamou de libertação nacional e a mais difícil, que é a de reconstrução nacional em que estamos inseridos agora?

Sem querermos ferir sensibilidades, diríamos que nem agora e nem no futuro será o momento propício para a nossa auto-destruição geral. Fomos criados diferentes a fim de que, na diferença, possamos valer e servir a paz, a terra, a humanidade. É isto que se chama altruísmo, ponto final.

Política social e linguística da CPLP

sem ressentimentos e arrogâncias

As reformas feitas por Napoleão Bonaparte, há quase dois séculos em França, relativamente ao ensino, acabou por desembocar numa solução definitiva naquele sector social, e, correlativamente, também, para as questões ligadas com o expansionismo da França noutros espaços geográficos, repartidos entre a Europa e a África.

Hélder Dias



Reformas que permitiram, a França, como uma potência colonizadora, dispôr de mecanismos de controlo e de difusão, e implantação da língua nas suas possessões de além fronteiras. Aliás, o facto de Canadá ser um país bilingue e a existência da Academia

Ultramarina, comprova a eficácia das reformas feitas pelo imperador gaulês. Apesar de haver ajustes em vários aspectos, é evidente, que a solução milagrosa dada por ele, ainda é válida.

A França tem mostrado, com certa arrogância, o carácter imagético de ordem sócio-linguística, numa alusão clara, acerca do lugar cimeiro, que deve ocupar dentro do espaço da francofonia. Esta atitude político-diplomática, exprime tão somente, a desigualdade de trato social entre os países falantes da língua francesa. A atribuição do diploma de honra ao Presidente da República da Guiné-Bissau, pela Universidade Moderna, aquando da sua visita à Portugal durante o mês de Março, traduz-se numa atitude de cortesia, e explicitamente, deixa a compulsão histórica, em geral. Entretanto, existe uma particularidade que não deve ser substituída simplesmente, diante de ati-

tudes de glória quiçá, arrogantes. A visita que o Presidente guineense fez em terras lusas, está relacionada com o espírito de irmandade, que enriqueceu a relação multilateral, que existe entre os países que, ora, formam a CPLP e ela requer a aplicação da cláusula evolutiva, compromissória. Ou seja, haver a igualdade de trato social, etc.

O que implica necessariamente, a ausência de quaisquer atitudes de uso, abusivamente de imagem, que, se por um lado, logra mostrar a cortesia, por último, ela foi assim a resvalação da história, sobre a atitude que o país gaulês havia reclamado no âmbito da francofonia. No entanto, não devemos esquecer que, o substrato de uma comunidade de Estados membros, é um dos seus elementos de Estado, o povo. E ele exige o trato social igual numa relação igualitária. Hodierna, fala-se sobre as

políticas sociais a implementação e difusão de línguas dos países componentes da CPLP, e, certamente, isso tornará a língua portuguesa híbrida. Mas, essa perspectiva não pode e nem deve ser o leit motivo, para haver o marketing político diplomático, pejorativamente através de meios de comunicação sociais portugueses.

A relação biunívoca, de direitos e deveres entre tudo, impera-se mediante uma atitude de pudor. Todos iguais e todos diferentes ao mesmo tempo, sem ressentimentos ou arrogância? Porque na verdade, diremos que só agora é que se deve falar da difusão da língua portuguesa, com projecção total. Porquê? Porque nós temos implicações com ela e os dialectos ou línguas nacionais para muitos linguístas e analistas, elas não passam do nível de dialectos - e Potugal, tem-nas face ao dialecto mirandês.

República da Guiné-Bissau Cartório Notarial

Certidão

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de Vinte Sete de Março de dois mil, lavrada neste Cartório e exarada de folhas sessenta e nove à setenta verso, no livro de notas para escrituras diversas número I Série 1, foi celebrada uma escritura de "Habilitação te Herdeiros &, por óbito de Umáro Baldé, de cinquenta e quatro anos de idade, natural que era de Xitole Região de Bafatá, era filho de Demba Baldé e Binta Jau ambos falecidos.

Que, o falecido era solteiro, tinha a sua última residência em Bissau, faleceu aos dezanove dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e noventa e nove em Bissau e o seu cadáver foi sepultado no Cemitério de Bissau.

Mais certifico que na operada escritura foram declarados como herdeiros do dito falecido os seus filhos menores: a) Mutaro Baldé, de quatro anos de idade, b) Mamadú Cala Baldé, de sete anos de idade, c) Djoquel Baldé de dez anos de idade, d) Cadidjatu Baldé, de treze anos de idade, ambos natuais de Sintcham Demba, Sector de Xitole, Região de Bafatá e o maior e) Seco Baldé, de vinte e um anos de idade, natural de Bissau.

Está conforme

Cartório Notarial em Bissau, 17 de Abril de dois mil

A Ajudante

Expo 2000 na Alemanha

Artigos nacionais a caminho

Um contentor com obras artesanais, partirá de Bissau com destino à Alemanha, entre os dias 10 e 15 deste mês, tendo em vista a participação nacional na Expo 2000, que se realiza em Hannover, Alemanha.

José de Pina (Dutche), comissário nacional da Expo 2000, disse à ANG que a Guiné-Bissau vai expor naquele evento de carácter mundial, várias obras de arte que representam as paisagens naturais da Guiné-Bissau. São, entre outras, a floresta densa de Cantanhez, lugar histórico de

Kansalá e os mangroves ou tarrafes do rio Cacheu.

De acordo com Dutche, o país será também representado na Expo 2000 pelos grupos culturais e teatrais, músicos, empresários e por várias individualidades.

Relativamente ao aspecto financeiro, o comissário nacional sublinhou que a sua Comissão ainda não recebeu nenhum tostão do Governo. Mas reconheceu ter recebido uma certa fatia da União Europeia.

"Com esse certo montante, adiantou, estamos a fazer algumas compras e a pagar as dívidas deixadas pela direcção cessante".

A Expo 2000 vai decorrer na Alemanha sob o lema "Humanidade". É uma honra à relação entre o homem, a natureza e a tecnologia.

Direitos humanos

Liga contra dirigentes "pugilistas"

A Liga Guineense dos Direitos Humanos, voltou a subir ao palco quinta-feira, 11 de Maio, para contestar e condenar o que chamou de "crescente tensão" que se tem estado a viver no país.

Para a Liga, não deve haver lugar para essa situação no seio de um povo que voltou à ordem democrática e a legalidade constitucional, através de um escrutínio. Nas últimas semanas, ocorreram actos que a sua organização humanitária considerou como "graves atropelos a lei por violarem os direitos humanos. Tais atropelos foram efectuados "por certas franjas da sociedade, nomeadamente, por parte de alguns grupos de militares e policiais". O que, segundo ele, poderá comprometer o processo de consolidação da democracia, reconciliação nacional, o relançamento da paz e a economia do país.

A Liga registou que, em menos de uma semana, a moral pública foi lesada com actos violentos marcados por espancamentos

dos cidadãos Alcebíades Crisóstomo Teixeira, Domingos Mendes e pela invasão da central eléctrica de Bissau, por um grupo de militares de Base Aérea.

O primeiro foi espancado por um agente da Ordem Pública, na 2ª Esquadra de Bissau, em 28 de Abril último, por alegadas palavras fortes na presença da escolta do presidente da República, o segundo, por militares durante a passagem da caravana do Brigadeiro Ansumane Mané. Enfim, a invasão à central eléctrica, segundo a Liga, ter-se-à ocorrido a mando do Brigadeiro Mané, por haver faltado a corrente eléctrica na sua unidade militar de Base Aérea. Já nessa invasão, não só espancou como igualmente foram detidos três técnicos afectos a central.

Ainda, na noite de 10 de

Maio, outro grupo de militares, criaram pânico aos alunos do Liceu Regional I tendo levado à suspensão das aulas nesse dia. O motivo, segundo a Liga: o liceu tinha corrente eléctrica e as unidades, não.

Ora, a tudo isso, a Liga chamou "abuso de poder e manobras de provocação a população", o que, aliás, patenteia uma imagem negativa do país. Por isso, condenou com veemência, esses actos provocadoras de instabilidade para o país e atentatórias aos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

E, por isso não bastar, exigiu ao Governo, que os autores dos referidos actos de vandalismo voluntário sejam traduzidos à justiça.

A Liga Guineense dos Direitos Humanos apelou à sociedade civil a denunciar todos os actos de violação dos direitos humanos que forem praticados por quem quer que seja e que se engaje no combate à impunidade.

Koumba Yalá renuncia liderança do PRS

Cerca de três meses depois da sua investidura ao cargo de Presidente da República, Koumba Yalá renunciou, formalmente, a presidência do PRS. A cerimónia oficial teve lugar, no passado dia 11 do corrente, no Supremo Tribunal de Justiça e foi testemunhada pelo presidente desta instituição judicial, Emílio Nosolini dos Reis.

Com este gesto, que o Presidente do STJ considerou singular e insólito, o Chefe de Estado guineense quis testemunhar ao povo guineense o seu elevado grau de estadista e de homem democrático que honra, sem reservas, os compromissos assumidos perante o eleitorado e a constituição da República.

Aliás, num pequeno discurso,

Koumba Yalá reafirmou as aspirações do povo expressas nas urnas, dizendo que "ao ser eleito PR, o povo da Guiné-Bissau concedeu-me um mandato expressivo e inequívoco, na esperança de que eu assumia, de forma cabal e responsável, as minhas funções de Presidente de todos os guineenses, com profundo respeito à Constituição e as leis vigentes no país".

Assim, o Presidente da República, em observância ao imperativo constante do artº 65 da Constituição da República, comprometeu-se perante o órgão supremo de justiça de que não exerça qualquer cargo de natureza pública ou privada, incompatível às funções para que foi eleito.

Relativamente a tão comentada vinculação sua ao cargo de presidente do PRS, Koumba Yalá disse que é destituída de todo e qualquer fundamento, porquanto no partido existe, por força dessa incompatibilidade, um presidente interino que assume e dirige esta formação política até ao congresso.

Adulai Djaló

CEMGFA

tranquiliza populares

O Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Tenente Coronel Veríssimo Correia Seabra, presidiu, quinta e sexta-feiras, 12 e 13 de Maio, a reunião do Estado-Maior General alargada, no salão da Base Aérea de Bissalanea.

Na reunião procedeu-se à esclarecimentos sobre as diligências feitas pela delegação chefiada pelo Presidente da República e Primeiro-Ministro acerca da exoneração do Chefe de Estado-Maior da Armada, capitão de fragata Mohamed Lamine Sanhá.

O Estado Maior General Forças Armadas entendeu por bem esclarecer à opinião pública nacional e estrangeira de que as Forças Armadas da República da Guiné-Bissau jamais utilizarão armas como meio de busca de soluções para quaisquer que sejam as reivindicações ou na procura de soluções no quadro de eventuais divergências no seu normal relacionamento com o Governo ou outro órgão de poder democraticamente eleito. Conscientes da missão que a Constituição lhes reserva, as F. A. acham que, quaisquer que forem

as divergências, desentendimentos ou outras situações similares que possam surgir no quadro do seu normal relacionamento com as instituições e órgãos do poder democraticamente eleitos, deverão ser resolvidos por via do diálogo e não pelo uso da força.

Por isso, as F. A. e muito em particular as chefias militares solicitam e agradecem ao Governo um encontro visando a solução definitiva da sua preocupação;

As mesmas entendendo ainda que, no relacionamento institucional com o Governo deve existir o diálogo e confraternização permanentes a bem da nação guineense, sem que isso seja entendido como forma de insubordinação.

O C.E.M.G.F.A. faz um apelo ao bom senso dos órgãos de Comunicação Social nacionais e estrangeiros, no sentido de informarem com verdade ao público em geral, por forma a não gerar tensão interna e criar má imagem do país pelo mundo fora.

O Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas

Tenente Coronel
Veríssimo Correia Seabra

Marinha de Guerra Nacional

Exoneração formal de Lamine Sanhá

O ministro da Defesa deu como válida a exoneração recentemente decretada pelo Presidente da República contra o Chefe de Estado Maior da Marinha Armada.

A saída de um encontro de concertação entre o Chefe de Estado e o Estado Maior General das Forças Armadas, Fernando Correia Landim, disse que a decisão chegada foi de aprovar a cessação já decretada por Koumba Yalá contra Mohamed Lamine Sanhá.

Este Capitão de Fragata que exercia as funções de Chefe de Estado Maior da Marinha de Guerra Nacional foi há poucas semanas exonerado desse posto, acusado de envolvimento na libertação de um navio de pesca

de pavilhão coreano. Esse alegado navio teria sido surpreso a exercer ilegalmente actividades piscatórias nas nossas águas territoriais. Em reacção, Mohamed Lamine Sanhá já havia exprimido o seu desacordo contra a sua suspensão perante a imprensa.

Para ele, a decisão de libertar o navio foi legal, uma vez que o mesmo possuía todas as suas licenças. O que lhe infundia o direito de exercer suas actividades na nossa zona marítima exclusiva.

O caso já deu entrada na Procuradoria Geral República e na Comissão de Luta contra a Corrupção com vista a elaboração de processo jurídico contra o infractor, nesse caso Lamine Sanhá.

Achando-se lesado, o Capitão de fragata, Lamine Sanhá disse à imprensa que iria desafiar o Governo até a última conse-



quência. "Lutei pela instauração da justiça durante o conflito militar de 7 de junho-98 e como tal, também pela legalidade constitucional do país", sublinhou ele. A acrescentar, disse: "Se não aceitei isso no tempo de Nino Vieira, como é que viria aceitar a fragilidade de um Presidente e um Governo que, constitucionalmente, está actuar à margem da lei?"

Amarante Sampa

Moussa Toure presidente da Comissão da UEMOA

“Quem parte de baixo nível económico pode progredir mais rapidamente”

A Guiné-Bissau é Estado membro da UEMOA - União Económica e Monetária da África Ocidental. A sua adesão a esta organização económica subregional não foi moeda fácil. E, por várias razões: o país vivia a maior epopeia da sua debanda económica; a maioria das famílias perdeu o luxo de ter duas refeições diárias; o trabalhador do Estado dá tudo o que a sua cabeça tem de intelectual para a miséria; nos quartéis, a falência gerou o conflito armado; nas escolas, reinam as drogas e a libertinagem. Mas, a Guiné não é assim tão pobre ao ponto de se amuar contra si própria. Tem um solo fértil, mares, rios e lagoas plenos de recursos haliéuticos. E, ainda, faz o comércio e coopera com outros países e povos. Se isto se admitir, aonde vão então as suas receitas?

□ Enfamará Cassamá

É nesse quadro “turvo e dolente” que se realizaram as eleições pluralistas, dando-se assim retorno a legitimidade constitucional. É também no mesmo quadro que chega à Bissau uma missão de peritos da UEMOA, chefiada pelo seu presidente Moussa Touré.

O Nô Pintcha (NP) visitou-o no Hotti Hotel de Bissau. Aconteceu no mês findo. Na entrevista que tivemos, o ex-ministro da Economia e Finanças do Senegal, acusou a guerra de 7 de Junho de 98 como tendo atrasado a marcha do país rumo a sua efectiva integração.

Moussa Toure (MT) - O handicap que tivemos quanto a entrada da Guiné-Bissau na Organização está ligado com os acontecimentos que todos nós conhecemos, que não permitiram desenvolver acções de comunicação, sensibilização e informação, o que nos obrigou a encetar este novo arranque a partir do zero. É o objectivo central desta missão técnica, e já encetamos os contactos com vista a instalação dessas acções de sensibilização, informação e comunicação para os funcionários administrativos, que serão incumbidos de pôr em marcha as reformas. Vamos, igualmente, organizar seminários, e, também, mandar para Bissau, outras mis-

sões a fim de trabalharem com as autoridades guineenses, na criação das reformas que foram já decididas, etc. Preveremos ainda a realização de formações aqui ou em escolas especializadas dos países da UEMOA, por exemplo, em matéria de regime financeiro, tesouro, impostos, alfândegas, orçamento, etc. Tudo será afinado e posto em marcha antes do fim do ano. No que concerne aos jornalistas e operadores económicos, teremos que organizar uma semana de informação na Guiné-Bissau no fim de Junho e princípios de Julho. Tanto os jornalistas, como os operadores económicos e as ONGs, ser-lhes-ão organizadas conferências e debates sobre os temas da UEMOA. Essas séries de conferências e debates estarão igualmente destinados aos membros do Governo e outros decididores que terão seminários a organizar a partir dos finais de Junho e princípios de Julho.

NP - Sabemos que qualquer organização como esta, precisa de instrumentos jurídicos que estejam a altura em cada Estado membro...

MT - Penso que nós já temos todos esses instrumentos jurídicos necessários ao funcionamento da UEMOA. É o caso da moeda comum que já temos. Quando eu estive cá, há cerca de três anos, tudo se pagava em pesos. Hoje, tudo se paga com o franco CFA.



“O handicap da entrada da Guiné-Bissau na UEMOA está ligado com os acções de comunicação, sensibilização e informação”.

Acho que não existe nenhum mal para isso. Há, por exemplo, no que toca aos instrumentos jurídicos, as actas adoptadas pelos órgãos da Organização económica durante a conferência dos Chefes de Estado em Lagos (Nigéria), que é a Comissão da UEMOA. Essas actas existem e já são aplicadas. O problema da Guiné-Bissau, como sabe, é o se-

guinte: o país entrou e engrossou a Organização. E isto vai além da questão da língua. Não possuíamos a mesma tradição linguístico-administrativa. Quer dizer, não tivemos a mesma tradição administrativa. Vocês tiveram a colonização portuguesa e os outros países, tiveram a francesa, com regras de proceduras diferentes. É o que dificulta um

pouco as coisas. Mas, tudo isto estava previsto e será ultrapassado. Temos, para isso, a vontade e meios. Quanto a livre circulação de bens, o levantamento das barreiras tarifárias e não tarifárias, não constitui um problema jurídico digno do nome. Sobre as pilhagens, é verdade que em certas alturas, os alfandegários, militares, polícias e gendarmes efectuam, controlos a que não têm direito e se empenham em acções e papéis diferentes daqueles que lhes são incumbidos. E, isto, nós estamos a combater ao nível dos Chefes de Estados. Agora, a situação está melhor em relação há cerca de quatro anos. Há por exemplo, o caso da Côte d'Ivoire, onde o general Gueye decidira tomar medidas muito rudes contra essas pessoas que se lançam em acções de controlo intempestivos. Consta que, aqui, as coisas são muito mais fáceis. O mesmo sucede no Senegal, aliás, a Guiné-Bissau, no quadro da UEMOA, possui fronteira com esse país. Ora, se este problema encontrar uma solução entre estes dois países não haverá mais razões para inquietações. Por que, a partir daí, essas acções jamais se verificarão tanto de um lado como do outro. Porém, há outros países da Organização onde tudo é mais complicado. Mas, penso que teremos soluções práticas para sanear esta situação, pois, os textos já estão em vigor.

NP - Nos corredores de cá,

fala-se muito que a Guiné-Bissau deu sua entrada na Organização económica em posição de "país atrelado". Partilha essa opinião?

MT - Olha, o sistema mundial, hoje em dia, é o que chama mundialização. Não importa que o país seja mais grande ou pequeno. Se tomarmos, como exemplo, a União Europeia, temos o caso de Luxemburgo. É uma cidade e não um grande país, se a memória não me falhar, penso que tem apenas 400 mil habitantes.



"No fim de Junho e princípios de Julho, será organizada uma semana de informação, para os jornalistas, os operadores económicos e as ONGs, sobre os temas da UEMOA."

Guiné-Bissau não possui ainda infra-estruturas, operadores económicos e uma indústria para a sua promoção, mas com um mercado que agora se alargará aos oito países membros, com 70 milhões de habitantes, com investidores da UEMOA que poderão intervir seja aqui ou noutros Estados da União, se vier a ter um ambiente económico saneado, com regras, irá incentivar o comércio com os vizinhos, e com o exterior. Isto irá permitir um progresso rápido do país do que os outros Estados membros da Organização

Mas, é o país da Europa, com maior receita per capita, mais elevada do que a da França e Alemanha. Ela tira proveito da sua pertença à União Europeia. Ainda, a Bélgica, tem uma receita per capita mais elevada do que a Alemanha e a França. Há ainda os Países Baixos (Holanda), com dez, doze, quinze milhões de habitantes, e, assim para frente. Não, não é esse o problema. Porque, se verificarmos o caso da UEMOA no plano económico, só a Côte d'Ivoire pesa quase a metade. Isto é, 42 por cento em matéria de peso económico, o Senegal pesa 19 por cento, menos da metade do peso da Côte d'Ivoire, o Burkina-Faso em conjunto com o Mali, pesam menos que o peso do Senegal. Está a ver as diferenças de pesos existentes? Mas, não impede que cada país aproveite. Deve saber que no capítulo do problema do peso económico global, a Côte d'Ivoire tem quinze milhões de habitantes, enquanto aqui o número de habitantes não alcança essa totalidade. É verdade que o peso económico se justifica um pouco, e, eu penso, pessoalmente, que neste género de união, mais um país está atrasado no plano económico em relação aos outros, maiores proveitos o mesmo pode tirar. Um exemplo típico: nas competições internacionais de salto em altura com o recorde mundial de dois metros e trinta centímetros detido pelos cubanos, logo que se saltar a altura de 1,80, eleva-se a corda para mais cinco centímetros. Se se alcançar a altura de dois metros e trinta, a corda já não subirá de cinco para cinco centímetros, mas sim, de centímetro para centímetro. Porque, a partir daí, nenhum atleta pode saltar cinco centímetros de uma

só vez.

É a razão, pela qual, os países com baixo nível económico, se têm progredido muito rapidamente.

Falou-se enormemente dos progressos económicos que o Gana fez nos últimos tempos. Por que é que isso aconteceu? Porque o Gana tinha partido de um nível económico muito baixo. É dizer que nesses processos, os países que partem de baixo progredem mais rapidamente do que os desenvolvidos. Veja só o que está-se a passar nos países ocidentais, em matéria de crescimento económico (!!). Se conseguirem alcançar três por cento de crescimento é um sucesso para eles, enquanto, se for o nosso caso, é já um mau resultado.

Portanto, digo e repito mais, que, como país, a Guiné-Bissau não possui ainda infra-estruturas, operadores económicos e uma indústria para a sua promoção, mas com um mercado que agora se alargará aos oito países membros, com 70 milhões de habitantes, com investidores da

UEMOA que poderão intervir seja aqui ou noutros Estados da União, se vier a ter um ambiente económico saneado, com regras e esta moeda que partilhamos, a qual ultrapassa as suas fronteiras, irá incentivar o comércio com os vizinhos, e com o exterior. Isto irá permitir um progresso mais rápido do país em relação aos outros Estados membros da Organização.

NP - É evidente que o franco CFA nos unifica agora, em termos económicos. Mas, pensa que será a moeda do futuro?

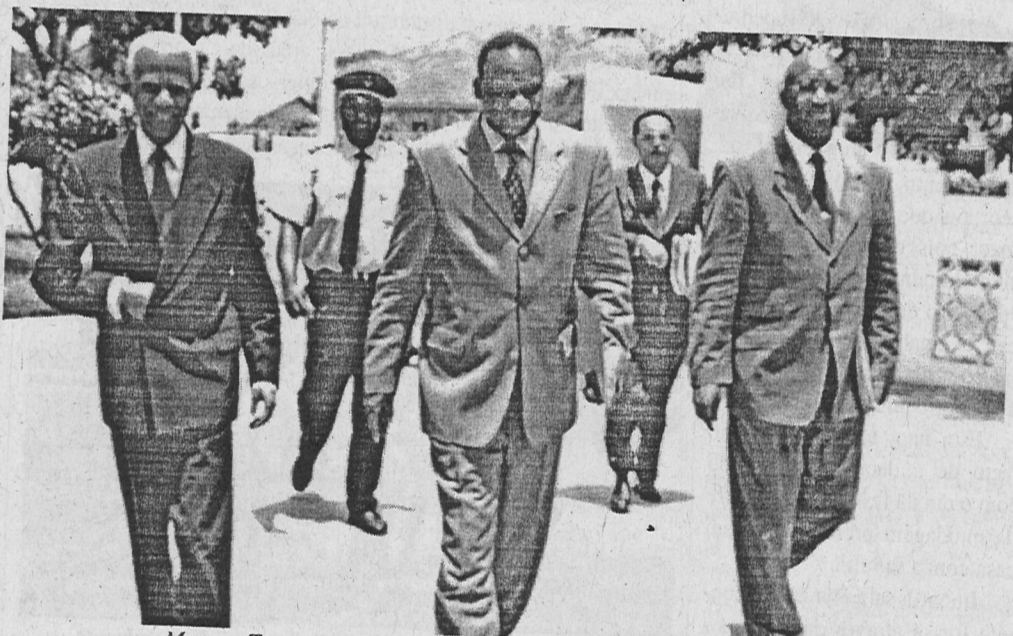
MT - É verdade que temos uma moeda. Não sei se no futuro se chamará Cori ou não importa o quê. É nossa moeda. O que importa são os acordos, como os europeus - a Alemanha, França e os outros, tiveram acordos que resultaram no actual Euro. Esta moeda já existe, não em forma de uma nota que circule. O Euro tem uma paridade fixa com o Franco francês, com o Deutsch Mark e outras moedas da União.

É um pouco como nós aqui. Só haverá o Euro em forma de nota no ano 2002.

NP - Fiz esta questão para saber de informações veiculadas pela imprensa internacional, segundo as quais, os Estados da África Ocidental irão dotar-se brevemente de uma moeda comum sob a égide da Nigéria...

MT - Existiam quinze países na lista destes Estados. Mas, a Mauritânia retirou-se da União. Agora há 8 países que partilham o franco CFA. Cabo Verde tem a sua própria moeda que é o Escudo, que tem uma paridade fixa com o Euro, como o franco CFA. Esse país conseguiu isso na base de acordos com o Portugal. Ora retirando oito países mais um, que se afastou, do conjunto de quinze Estados da Região, restarão seis. São estes seis países que possuem as suas próprias moedas nacionais, que estiveram reunidos recentemente em Acra, capital do Gana, onde formularam o projecto de criação, primeiro, entre eles, de uma moeda daqui a Janeiro de 2003. Uma vez criada essa moeda única, será a vez de, numa segunda fase, esta projectada moeda, o franco CFA e o Escudo caboverdeano se unirem numa moeda comum no ano 2004 para toda a África Ocidental. Deve-se saber que os trabalhos que foram realizados nesse reunião de Acra não nos dizem respeito, pelo menos agora.

Até agora, nada indica que a projectada moeda se fará sob a égide da Nigéria. Se, porém o for, existe uma lógica, pois, é o país da subregião com maior potência económica.



Moussa Toure a saída da audiência com o Presidente da República

Festa da Páscoa na discoteca Kapital

Florbis festeja Páscoa com crianças de Bissau

□ Bacari Mané

O administrador do grupo Florbis, o empresário Ramesali Carmali, vulgo Ramos, obsequiou, na tarde da Páscoa, 25 de Abril, cerca de quinhentas crianças com lanche de confraternização. Para assinalar a data, as crianças foram para discoteca o Kapital acompanhadas de seus respectivos pais, encarregados de educação e mais familiares. O número da criançada foi de longe inferior para absorver toda a grande quantidade de menu que o patrão do grupo Florbis, Ramos, lhes disponibilizou de coração aberto. Nem mesmo, se fossem em número de cinco mil, teria que haver sobras. Daí que a alegria foi imensa e sem par.

Na ocasião, Ramos disse que os meninos de hoje serão homens e dirigentes de amanhã. Por isso, têm que estudar e respeitar os pais e os mais velhos.

A reportagem do JNP pediu ao Ramos que explicasse a diferença entre a oferta da empresa e o pequeno número de crianças que atenderam ao chamamento. Em resposta, recordou que não é o primeiro gesto, pois em pleno conflito, concretamente no dia 23 de Dezembro de 1998, o seu grupo teve a amabilidade de fazer o mesmo para as crianças de Bissau que afluíram em massa.

Esta ano, talvez devido ao facto de a data ter coincido com o dia da festa, a maior parte da miudagem preferiu ficar em casa com a família.

Importa salientar que o convite fez-se através das Rádios - Pindjiguiti e RDN, e, de outra



Siraz, administrador/adjunto da Florbis, artista Doka e Ramos, administrador



Crianças que participaram na festa com Corpo dos Voluntários

forma, seria extremamente difícil senão impossível. E mesmo no momento da festa e com a transmissão directa através da RDN, Ramos apelou aos pais e encarregados de educação que deixem os filhos irem à discoteca receber os seus prémios. As crianças que foram para lá receberam, cada uma, duas latas de sumo e uma enorme quantidade

de bolachas e amêndoas.

No final, a nossa reportagem entrou em contacto com Ramos Carmali que prontamente começou por dizer que estava feliz pelo facto de o Florbis, através da discoteca Kapital estar ligada às áreas da cultura, desporto e a diversos acontecimentos sociais, nomeadamente no combate à doenças sexualmente transmis-

síveis (DST), o Sida particularmente, à droga e a delinquência juvenil. Lembrou, ainda, que na área social, o grupo já construiu duas mesquitas em Bissau e Gabú e apoiou a cobertura e acabamento de várias mesquitas no interior do país além das doações em géneros alimentícios.

Na área da Educação recordou que sempre aconselharam

os jovens a estudarem com vista a darem o seu contributo para o desenvolvimento do país que muito espera deles.

Na área desportiva, para além de ter patrocinado várias vezes a selecção nacional e a equipa da Estrela Negra de Bissau, tem neste momento quatro equipas de Andebol: dois júniores masculino e feminino e sêniores de igual composição.

Na opinião do nosso interlocutor, os meninos devem estudar e aprender a falar correctamente todas as línguas e, em especial a língua portuguesa, porque a Guiné-Bissau está ligada com laços linguísticos, histórico-culturais com Portugal.

Falando da área da cultura, o homem forte do grupo Florbis disse a nossa reportagem que a sua empresa tem como um dos objectivos, a curto prazo, se Deus quiser, montar um estúdio de gravação, e fabrico de cassetes e Cd, aqui na Guiné-Bissau de qualidade comparável às da Europa, e, onde podem ajudar os artistas não só nacionais a fazerem gravações com cassetes que ficarão mais em conta que a Europa.

A Fagoral foi a empresa que patrocinou refrigerantes e Doka, artista do momento, foi o incontestável da festa acompanhado pelo Corpo dos Voluntários da discoteca Kapital.

A noite, o Corpo dos Voluntários deslocaram-se à diferentes bairros da cidade para distribuir prendas.

Finalmente, Ramos Carmali recordou, uma vez mais, que "o grupo Florbis veio para ficar e ficou mesmo! Porque tem confiança neste país que merece investimentos. Estamos juntos."



Grupo de Corpo dos Voluntários animando o ambiente



Aspecto parcial da festa, com Doka em plena actuação

República da Guiné-Bissau
Cartório Notarial
= Certidão =

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de quatro do mês de Maio do ano dois mil, lavrada neste Cartório e exarada de folhas cinquenta verso à cinquenta e três verso no livro de notas para escrituras diversas L-S-I, os senhores Carêco Braima Seidy, solteiro, maior, residente em Bissau e Siraz Badrudin, casado, residente em Bissau; constituem, entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

Artigo 1º

A sociedade adopta a denominação de "RONI"- Comércio, Indústria e representação, Ldª, com sede na rua Victorino Costa nº. 53-A Bissau, sede essa que poderá ser deslocada ou transferida para qualquer outra localidade, dentro do país, e para o estrangeiro, bem como poderá ser instalados novos estabelecimentos e criar sucursais, delegações ou quaisquer outras formas de representação social onde e quando e como fôr deliberado pela Assembleia Geral dos sócios

Artigo 2º

A sociedade tem por objecto o Comércio geral por grosso e a retalho, importação e exportação, representações, indústrias diversas, agricultura agro-pecuária, distribuição e comercialização de vários produtos, incluindo alimentares, móveis e artigos de decoração, mobiliário de escritório, materias de construção civil e obras públicas, artigos electrónicos, eletrodomésticos, exploração de transportes de carga e de passageiros, construção civil e exploração imobiliário, turismo e hotelaira, discotecas, restaurantes, cafetarias, pastelaria e outros ainda na área de prestação de serviços de rent-a-car e outros não especificados e permitidos por Lei

Artigo 3º

O capital social é de 5.000.000.00 XOF (cinco milhões de Franco C.F.A), integralmente subscrito e realizado em dinheiro e corresponde a soma de duas quotas, uma pertencente ao sócio Carêco Braima Seidy, no valor nominal de 2.550.000.00 XOF e outra quota pertencente ao sócio Siraz Badrudin no valor nominal de 2.450.000.00 XOF

Artigo 4º

Os sócios poderão fazer os suprimentos necessários a sociedade nos termos e nas condições e deliberar em Assembleia Geral

Artigo 5º

Um: Para todos os efeitos legais é desde já permitido aos sócios a divisão e cessão parcial ou total das suas quotas

Dois: Na cessão de quotas a terceiros dependerá, em primeiro lugar, do consentimento da sociedade sem prejuízo de em seguida os sócios exerceram o seu direito de preferência

Artigo 6º

Um: A gestão e administração da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dela, activa e passivamente com caução ou sem caução, com ou sem remuneração conforme for deliberado em Assembleia Geral pertence a ambos os sócios

Dois: Os sócios, ora designados fundadores são desde já nomeados gerentes e administradores com dispensa de caução

Três: Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos, é necessário a intervenção e assinatura de ambos os sócios ou de seus procuradores

Artigo 7º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer dos sócios nos seguintes casos:

- a) por insolvência ou falência do sócio
- b) se a quota for objecto de penhora e apreensão judicial, arresto ou qualquer outro modo que faça promover a sua venda
- c) a amortização do valor da quota será determinado com base no último balanço anual aprovado e poderá ser pago em duas semestralidades iguais

Artigo 8º

A morte ou interdição ou inabilitação, se qualquer dos sócios não determina a dissolução da sociedade, podendo esta continuar com os sucessores ou o representante legal do interdito

Artigo 9º

A Assembleia Geral, quando a Lei não exija outras formalidades, serão convocadas por carta registada dirigida com dez dias de antecedência aos sócios

Artigo 10º

Fica desde já autorizada a gerência a efectuar o levantamento da importância correspondente ao capital social depositado no Banco Tatta & Açores, S.Ax Sucursal de Bissau, destinando-se tal quantia à aquisição de equipamentos da sociedade e a suportar as despesas inerentes à sua constituição e instalação

Artigo 11º

Os lucros apurados, após a dedução obrigatória para o fundo da reserva legal, serão divididos pelos sócios, na proporção das suas quotas

Artigo 12º

Em tudo o mais regularão as disposições da Lei aplicável e as deliberações tomadas em reunião de sócios

Está Conforme

Ressalvo a emenda no que diz: Geral", restaurantes "retalho".
Cartório Notarial em Bissau, 5 de Maio de dois mil

Ressalvo: Badrudin.

A Ajudsnte

= CERTIDÃO =

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de dois de Dezembro do ano de mil novecentos noventa e seis, lavrada neste cartório e exarada de folhas oitenta e seis a oitenta e nove, no livro de notas para escrituras diversas número três, os senhores Edmundo Francisco Monteiro, casado, com residência habitual na freguesia de São João de Areias, Conselho de Santa Com-Dão, Portugal, ora em Bissau, António Ferreira Fernandes, casado, com residência em Eiras-Coimbra, em Bissau e António Luis Silva Carvalho, casado, residente em Bissau; constituem, entre sí uma sociedade comercial por quotas, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

Artigo 1º

A Sociedade adopta a firma "ASTRAVIA-BISSAU", Transportes Aéreos, LDA, vai ter a sua sede, na zona Industrial de Bolola em Bissau.

Artigo 2º

A administração fica desde já autorizada a mudar a sua sede, para qualquer localidade dentro do território nacional

Artigo 3º

O seu objecto é o transporte e trabalho aéreo e a respectiva manutenção de aeronaves, bem assim como escola de formação de piloto de aviação

Artigo 4º

O capital social integralmente realizado, é da quantia de Esc. 45.000.000\$00 (quarenta e cinco milhões de escudos portugueses), igual ao contravalor de P.G. 9.270.000.000.00 (nove bilhões, duzentos e setenta milhões de pesos) e é formada por três quotas, uma de 20.000.000.00 (vinte milhões de escudos portugueses), igual ao contravalor de P.G. 4.120.000.000.00 (quatro bilhões, cento e vinte milhões de pesos), pertencente ao Edmundo Francisco Monteiro, outra quota de Esc. 20.000.000\$00 (vinte milhões de escudos portugueses) igual ao outro valor P.G. 4.120.000.000.00 (quatro bilhões, cento e vinte milhões de pesos) pertencente ao António Ferreira Fernandes e uma outra quota de Esc. 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos portugueses) igual ao outro valor P.G. 1.300.000.000.00 (um bilhão e trezentos milhões de pesos) pertencente ao António Luis Silva Carvalho.

Parágrafo Único: As referidas quotas são representadas por uma aeronave a eles pertencentes da marca ANTONOV modelo AN2, equipada com motor radial potência 1000 H P, versão para treze passageiros, adquirido pelos actuais proprietários em 23 de Outubro de 1996 à Firma VIPAIR- transporte aéreos Lda, com sede na Rua Soares dos Reis, 26-2º. Lisboa- Portugal, cuja entrada se realiza nesta data e transita para a sociedade

Artigo 5º

A gerência da sociedade dispensada de caução e remunerada ou não conforme for deliberado em assembleia geral, pertence aos três sócios que desde já ficam nomeados gerentes

Parágrafo Único: Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos são necessárias as assinaturas de dois sócios gerentes podendo no entanto os actos de mero expediente serem assinados por um só

Artigo 6º

A gerência fica autorizada a celebrar quaisquer negócios jurídicos, por conta da sociedade e no âmbito do respectivo objecto ou que sejam necessários à satisfação dos seus fins sociais

Artigo 7º

Pode qualquer sócio fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, gratuitos ou onerosos e nas condições que vieram a ser acordadas em assembleia geral, podendo também vir a ser-lhes exigidas prestações suplementares de capital até ao montante de cinco milhões de escudos- igual ao contravalor P.G.10.300.000.000.00 mediante deliberações da assembleia geral tomada por uma maioria de notas dos sócios

Artigo 8º

A gerência fica também autorizada a adquirir para a sociedade participações em sociedades com objecto diferente daquele que aquela está exercendo

Está Conforme

Ressalvo as emendas no que diz : "ASTRÁVIA-BISSAU", constantes. "Cartório Notarial em Bissau, 2 de Dezembro de 1996.
Entrelinhei: "aéreo". "um" bilhão" A Ajudante.

O decreto-lei que regulamenta a comercialização da castanha de cajú, produzido recentemente pelo Governo, não agradou os "nares". Dizem que esta lei visa pura e simplesmente afastar os cidadãos mauritanianos do mercado de castanha de cajú.

O representante dos cidadãos mauritanianos, Mamudú Taki advertiu o Governo, que "não faz sentido estar a cobrar contribuições e impostos aos "nares" quando foi criada uma lei que os afasta do quadro da campanha de comercialização da castanha de cajú.

O diploma em questão começou a ser alvo de críticas e discussões em vários encontros de reflexão, desde Março de 1999 tendo sempre envolvido os pequenos, médios e grandes oper-

Comerciantes mauritanianos "Queremos o nosso dinheiro"

adores do sector comercial.

Os mauritanianos sentiram-se lesados com a promulgação do referido decreto que "não visa nenhuma comunidade", segundo as declarações do Secretário de Estado do Comércio e Artesenato.

Nas regiões, os mauritanianos e vários comerciantes nacionais, fecharam os seus estabelecimentos comerciais, devido as novas exigências dessa Secretaria de Estado, quanto o tratamento de alvarás exclusivamente destinados à comercialização da castanha de cajú.

Na vila de Quinhamel, interrogamos vários intervenientes no sector incluindo alguns mauritanianos que, neste momento, encerraram os seus postos de compra desse produto, a espera de alternativas. Mesmo com isso, manifestaram a sua recusa de dotar-sede

alvarás para o ano 2000. Isto por terem já pagos as suas taxas ao Estado correspondentes a campanha de comercialização deste ano.

Para eles, a decisão do Governo nesta fase da campanha, poderá complicar a situação dos produtores que vivem em zonas de difícil acesso.

Os mauritanianos preferem, agora, que o Governo lhes devolva o dinheiro das contribuições que pagaram às Finanças, cujos montantes variam entre 325 à 400 mil francos CFA. Esta decisão está ligada com o artigo que reza sobre as garantias de exportação, estipuladas de 500 à 100 milhões de francos CFA.

No quadro desta lei, Mamudú Taki considerou que o quer o Governo é repatriar os mauritanianos, pois, "para nós, adiantou, a lei é discriminatória".

Esse mauritaniano que vive na Guiné-Bissau desde 1967 é marido de duas mulheres mandingas. Até se considera ser um dos combatentes da liberdade da Pátria.

Agora, explicitou Taki, cerca de 3.583 cidadãos da Mauritânia vivem na Guiné-Bissau.

E, contra eles, não afastou a ideia de haver um grupo de empresários nacionais descapitalizados, que estarão semeando esta confusão de nacionalismo. "Mas, é verdade que na Guiné vivem também outros empresários estrangeiros, tais que cabo-verdianos, são-tomenses e guineenses de Conacri, gambiano." venceu.

O representante dos comerciantes mauritanianos indicou, portanto, que os seus membros não têm dívidas com o Estado e com os bancos comerciais do país.

Bubacar Rachid Djaló tran-

quilizou-os ao dizer que o Decreto-Lei não visa encostar os mauritanianos nas linhas de fronteira da Guiné-Bissau com os países vizinhos de Senegal e Guiné-Conacri.

Atestou que a lei ora decretada, não visa nenhuma comunidade e nem foi produzida para os mauritanianos.

No entanto, adiantou, o Governo poderá devolver o dinheiro das contribuições e impostos, mas com a condição auditorial das toneladas adquiridas por cada indivíduo interveniente no processo.

Uma outra questão que o secretário de Estado não deixou cair ao esquecimento prende-se com o artigo do Decreto que diz que entre o volume global da produção 21 toneladas seriam postas a transformação no mercado local, constituindo, desta forma, uma das garantias dos exportadores.

De acordo com o responsável do Comércio e do Artesenato, o governo vai reunir para analisar a questão com vista a normalização das actividades de comercialização da castanha de cajú.

Aruna Jamanca

Câmara Municipal

Vendedores descontentes

A cidade de Bissau, outorora das mais limpas da nossa costa ocidental africana, perdeu esta característica. Daquele tempo para cá, ela tem atravessado piores condições higiénicas.

A prova disso é que os lixos invadiram toda a cidade que passou agora a exalar odores nauseabundos com riscos de afectarem a saúde. É como se não existisse uma câmara municipal incumbida de velar pela sua limpeza.

Esta vez e como sempre, na origem está o facto de os varredores de rua permanecerem três meses sem tocarem com as mãos os seus magros salários.

Há quem diga que a câmara não tem accionado devidamente todos os seus serviços limitando-se somente a fazer cobranças nos mercados e vendas de terrenos a pessoas desejosas de construir casa ou armazém. Comportamentos que não coadunam bem com a lei.

Ainda, no que toca as vendas e vendedores, é preciso passar pelo mercado de Bandim, onde os magros espaços e passeios foram transformados em lugares de comércio. Em certos bairros, os cacifes estão na moda. E, por não haver centros próprios para a venda do vinho de cajú, as mulheres que se ocupam dessa actividade para a sobrevivência das suas respectivas famílias, optaram em traficar também nas bermas das

estradas. O que não está livre de contestação, devido ao cheiro sufocante e insuportável que exala esse produto.

Nosso repórter foi à rua e localizou alguns desses semi-mercados livres junto às representações diplomáticas da Mauritânia e Gambia, para não sermos exaustivos. Segundo informações, muita gente estará envolvida não apenas na comercialização de vinho nessas localidades como aprenderam também a exportá-lo. Como, para onde e em que quantidade, tentamos saber junto dos serviços das alfândega e da agência TAP, no aeroporto Internacional Osvaldo Vieira. Mas não tivemos a mínima resposta.

Igualmente, avistamo-nos também com o director da Polícia Municipal, José António Bessunha. Para ele, o seu serviço funciona impecável e cabalmente. E por ser assim, muita coisa começa já a mudar: uma delas é o respeito pela via pública. Lamentou, porém, o greve prob-

lema de falta de meios de transportes que o seu serviço está a enfrentar. O que prejudica o cumprimento das suas missões.

"Estamos a lutar dia e noite a fim de repormos a ordem nos mercados e vias públicas da nossa cidade"- sublinhou.

Apesar disso, falou nesses termos de alguns frutos das suas acções de patrulha: "Já apreendemos vários produtos dos vendedores ambulantes. O que vamos fazer agora, é proceder à revenda dos mesmos em leilão, para revertermos o dinheiro para a caixa municipal".

A concluir, António Bessunha referiu que não é permitido comercializar vinhos perto de embaixadas, hospitais ou instituições do Estado. Isto por constituir uma flagrante violação da lei. "Por essa razão, a polícia municipal de Bissau vai empenhar-se em lutar contra traficantes de vinhos que violarem essa lei"- acrescentou.

Rui Gomes

Ciência e técnica

Puberdade Precoce

Já se sabe que o estado de espírito das mães afecta o comportamento de quem está mais próximo: os filhos.

Um estudo publicado na revista "Child Development" demonstra que a depressão materna pode induzir a puberdade precoce das filhas.

A investigação baseia-se em resultados apurados num trabalho feito anteriormente, que tinha correlacionado as relações familiares muito tensas com uma entrada precoce na puberdade. É consensual que a idade em que uma mulher atinge a puberdade é bastante influenciada pela sua herança genética, assim como por factores ambientais: nutrição, exercício

físico e o próprio peso. No entanto, nesta investigação, os cientistas focaram-se exclusivamente na influência psicossocial exercida pelo "stress" do ambiente familiar, causado pela depressão materna.

Participaram, no estudo, 87 raparigas adolescentes; destas, 67 tinham mães com historial de desordens de humor como a depressão. Os autores também notaram uma correlação entre a idade das raparigas em que a figura paterna é substituída, e a puberdade; ou seja, quando há um padrasto, quanto mais nova é a rapariga na altura em que este passa a fazer parte da família, mais cedo ela atinge a puberdade.

In Expresso

Desporto-amador: Marcha em distância de 60 km

E já este domingo a grande marcha desportiva habitualmente organizada pelo Clube de Voleibol Centro Comercial de Tchada. A prova em que tomarão parte cerca de 500 concorrentes maiores de 18 anos, terá um percurso longo de 60 Km - de Mansoa para o Estádio Lino Correia, em Bissau. Sem se ter em conta o espírito competitivo, pretende-se com a marcha testar a saúde física de cada atleta, pelo que não é admitido o uso do álcool.

Inquérito

□ Por: Amarante Sampa, Apego e Djulde Djaló

Este caso já foi objecto de um encontro entre o Governo e a Comunidade Internacional, chefias militares e o Estado Maior General das Forças Armadas, tendo este último emitido um comunicado em que reafirma o retorno dos militares às casernas e o não recurso a violência como única via de solução para os nossos problemas. Esta inquietação levou algumas pessoas ao pânico, chegando ao ponto de algumas abandonarem a capital com destino ao interior para não voltarem a viver os tristes acontecimentos registados na madrugada de 7 de junho de 1998.

Neste âmbito, o *Nô Pintcha* auscultou diferentes sensibilidades públicas, que nos falaram sobre o actual contexto político em que o país se encontra mergulhado.

Como analisa a actual situação político-militar do país e a suposta tensão entre militares e políticos?

Seno António Melaco - proprietário de Empreendimento Sonhos LDA:

Quanto a mim, a análise que faço é a seguinte: considerando que este Governo é legítimo e que estamos perante um Estado de Direito, conforme as regras do poder democrático, as leis devem ser respeitadas. Em segundo lugar, os preceitos da Constituição, conferem ao Presidente da República o poder de nomear ou exonerar um chefe de Estado Maior, porque, de certo modo, os militares têm que se submeter ao poder civil.

Na minha opinião, a única coisa que Lamine Sanhá deveria fazer é acatar simplesmente as decisões, não por razões de cobardia, ou derrota mas, de uma forma consciencializada com vista a facilitar o funcionamento das regras Institucionais.

Apelo portanto ao Governo para ser ponderante nas suas de-



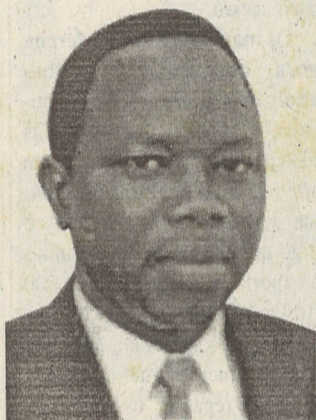
Seno António Melaco - proprietário de Empreendimento Sonhos LDA

cisões, combatendo duramente a impunidade, evitando situações de retaliação, porque o país acabou de sair de uma guerra. As fricções continuam a prevalecer na consciência de algumas pessoas., o que poderá, caso contrário, provocar uma situação de guerra. Como sabem não abona ninguém, pois nós os comerciantes perdemos muito durante o conflito.

Digo por outro lado ao General Ansumane Mané para ser mediador neste caso afim de conservar aquele espírito inicial que norteou a Junta-Militar. Senão, o 7 de Junho não terá sentido. Aliás, os militares, através do Estado-Maior, disseram que já-mais utilizarão a arma como pretexto, ou um mal entendido no sentido de resolverem os seus problemas.

Ussumane Jandy - líder do grupo parlamentar PSD, FDS e UNDP -

Devo dizer-lhe que nós da coligação PSD e outros restantes partidos, fomos surpreendidos por esta situação. E, como está claro, entendemos também que não devemos nos pronunciar sem conhecermos muito bem os factos reais da mesma. Apesar disso, devo afirmar que a situação nos preocupa bastante. Por isso, constituímos uma comissão na ANP para apurar a veracidade dos factos. Essa comissão entrou em função desde quinta-feira passada. Infelizmente não faço parte da mesma, de maneira que, de imediato, estou impossibilitado em avançar algo de concreto. Como cidadão, devo dizer



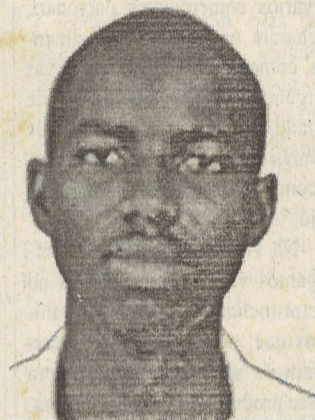
Ussumane Jandy - líder do grupo parlamentar PSD, FDS e UNDP

que o país saiu recentemente das eleições, não haveria ninguém que poderia admitir nem desejar que houvesse novas turbulências. De maneira que todo e qualquer cidadão deste país tem o desejo de ver a Guiné-Bissau andar confortavelmente, com todo o mundo a trabalhar, enfim, todo o país a engrenar por forma a trazer a felicidade para este povo o mais rapidamente possível.

Lourenço Mendes - Fotógrafo -

Vejo que a situação vigente no país não tem razão de provocar medo a ninguém. Porque, desde a independência, a Guiné-Bissau nunca teve uma política que correspondesse com a verdadeira democracia. Nessa ordem de ideia, e pelas constatações, sempre aparecem libertadores que tentam enganar o povo dizendo que vieram para libertar e resolver os interesses do povo. Porém, o que acontece no fim de tudo, é que eles agem de forma contrária. Para mim é uma situação um pouco preocupante.

Entretanto, acho que, o que os militares devem fazer neste momento, é preocuparem-se com o bem-estar da nação e deixarem de lado os interesses pessoais, porque, se nos habituarmos a dizer: "Quem fez que o Presidente da República fose eleito fui eu, por isso ele não tem a competência de me demitir das minhas funções, são expressões que não inspiram o sentido de um verdadeiro lutador pela Justiça com Jota Grande. Por conseguinte, é preciso que todos nós saibamos que ninguém nasceu



Lourenço Mendes - Fotógrafo

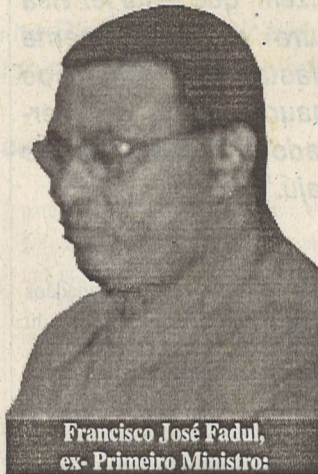
para ser chefe. Portanto, os militares devem regressar aos quartéis e deixarem que os políticos governem o país em paz e tranquilidade totais, para que haja o progresso que é o maior sonho dos guineenses.

Francisco José Fadul, ex-Primeiro-Ministro: - Na minha opinião qualquer facto político ou social é um embaraço social geral, é uma vertente apenas dos assuntos da ordem social. Entendo que sempre quando há tensão na sociedade há sempre uma causa, nunca surge espontaneamente. Como exemplo, a água não ferve só por si. Tem que haver lume sobre ela para provocar uma determinada intensidade de calor ou temperatura até ao ponto de ebulição.

Os factos estão encadeados na vida social. Se há tensão é porque pelo menos a comunicação não está a passar, ou é a falta de tolerância entre as partes envolvidas, ou uma está a querer impôr a outra muito depressa.

Gostaria de dizer que é perigoso uma situação destas, num país que há bem pouco acabou de sair de uma guerra, deixando o problema a progredir a ponto de criar situações muito preocupantes para a sociedade.

O que quero pedir aos políticos, neste caso os governantes, para que não agitem demasiadamente a sociedade. O que devem, urgentemente, fazer neste momento é elaborar o seu programa e levá-lo para a apreciação e aprovação no Parlamento, um voto que legítima o Executivo



Francisco José Fadul, ex-Primeiro Ministro:



Mustafá Rachid Djaló, presidente da Associação CORETRA

para a tomada de grandes decisões, como por exemplo substituir directores gerais, revogar outros diplomas legais do passado de outra legislatura, nomeadamente ao âmbito das casas de Estado, que não seja o assunto de Governo, mas sim do Tribunal. Pelo contrário vai continuar a ser apenas um governo de gestão dos assuntos correntes de Estado.

Sem querer prolongar-me mais, porque é um assunto que tem várias vertentes a focar, é bom que haja um mecanismo que permitam aos poderes político e militar sentarem-se à mesma mesa para conversar amavelmente como irmãos para encontrar soluções viáveis. Não se deve forçar as coisas em política, senão o resultado vai ser a força.

Mustafá Rachid Djaló, presidente da Associação CORETRA: A minha opinião acerca deste assunto é curta. O que quero dizer aqui, o recente conflito que passou no país deve servir-nos de grande lição. Devemos aprender com o passado para que o mesmo cenário não se repita. O que está passar neste momento é idêntico ao que se passou outrora e que originou o "7 de Junho". Nesta fase, deve-se privilegiar mais o diálogo como solução mais condigna num Estado democrático.